Câmara de Vereadores
Do Município de Independência

Estado do Rio Grande do Sul

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

2025



EVERTON DA ROSA:96267020010

Assinado digitalmente por EVERTON DA ROSA:96267020010
ND: C=BR, CN=EVERTON DA ROSA:96267020010, O=ICP-Brasil, OU=20520126000102
Razão: Eu sou o autor deste documento
Localização: Independência, RS
Data: 2026.05.06 08:59:02 -03'00'
Foxit PDF Reader Versão: 2025.3.0

EVERTON DA ROSA
Contador
CRC RS-076595/O-3

gov.br
Documento assinado digitalmente
BRASIL DE FREITAS NETO
Data: 13/05/2026 13:01:39-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

BRASIL DE FREITAS NETO
Presidente da Câmara
CPF 598.379.260-15

MUNICÍPIO DE INDEPENDÊNCIA
CAMARA DE VEREADORES DE INDEPENDENCIA-RS
BALANÇO PATRIMONIAL

Exercício de 2025

ATIVO	Exercício Atual	Exercício Anterior
Ativo Circulante	3.436,31	9.738,59
Caixa e Equivalentes de Caixa	0,00	4.394,64
Créditos a Curto Prazo	0,00	0,00
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	0,00	0,00
Estoques	3.436,31	5.268,95
Ativo Não Circulante Mantido para Venda	0,00	0,00
VPD Pagas Antecipadamente	0,00	75,00
Ativo Não Circulante	99.331,64	104.385,22
Realizável a Longo Prazo	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00
Imobilizado	99.331,64	104.385,22
Intangível	0,00	0,00
Diferido	0,00	0,00
TOTAL DO ATIVO	102.767,95	114.123,81
Passivo Circulante	28.444,20	1.774,22
Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo	28.444,20	1.774,22
Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	0,00	0,00
Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	0,00	0,00
Obrigações Fiscais a Curto Prazo	0,00	0,00
Obrigações de Repartições a Outros Entes	0,00	0,00
Provisões a Curto Prazo	0,00	0,00
Demais Obrigações a Curto Prazo	0,00	0,00
Passivo Não Circulante	0,00	0,00
Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Longo Prazo	0,00	0,00
Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	0,00	0,00
Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	0,00	0,00
Obrigações Fiscais a Longo Prazo	0,00	0,00
Provisões a Longo Prazo	0,00	0,00
Demais Obrigações a Longo Prazo	0,00	0,00
Resultado Diferido	0,00	0,00
Patrimônio Líquido	74.323,75	112.349,59
Patrimônio Social e Capital Social	0,00	0,00
Adiantamento Para Futuro Aumento de Capital	0,00	0,00
Reservas de Capital	0,00	0,00
Ajustes de Avaliação Patrimonial	0,00	0,00
Reservas de Lucros	0,00	0,00
Demais Reservas	0,00	0,00
Resultados Acumulados	74.323,75	112.349,59
(-) Ações / Cotas em Tesouraria	0,00	0,00
TOTAL PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	102.767,95	114.123,81

QUADRO DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES

(LEI N.º 4.320/1964)

	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO (I)	102.767,95	114.123,81
Ativo Financeiro	0,00	4.394,64
Ativo Permanente	102.767,95	109.729,17
PASSIVO (II)	28.444,20	6.168,86
Passivo Financeiro	0,00	4.394,64
Passivo Permanente	28.444,20	1.774,22
Saldo Patrimonial (I-II)	74.323,75	107.954,95

BALANÇO PATRIMONIAL

Exercício de 2025

QUADRO DAS CONTAS E COMPENSAÇÕES
(LEI N.º 4.320/1964)

	Exercicio Atual	Exercício Anterior
Atos Potenciais Ativos	0,00	0,00
Garantias e Contragarantias recebidas	0,00	0,00
Direitos Conveniados e outros instrumentos congêneres	0,00	0,00
Direitos Contratuais	0,00	0,00
Outros atos potenciais ativos	0,00	0,00
Atos Potenciais Passivos	13.756,01	0,00
Garantias e Contragarantias concedidas	0,00	0,00
Obrigações conveniadas e outros instrumentos congêneres	0,00	0,00
Obrigações contratuais	13.756,01	0,00
Outros atos potenciais passivos	0,00	0,00

QUADRO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO
(LEI Nº 4.320/1964)

	Exercício Atual	Exercício Anterior
Recursos não Vinculados de Impostos	0,00	0,00
Outros Recursos não Vinculados	0,00	0,00
Recursos não vinculados da compensação de impostos.	0,00	0,00
Apoio financeiro da União em decorrência de estado de calamidade pública.	0,00	0,00
Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos	0,00	0,00
Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAF	0,00	0,00
Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAT	0,00	0,00
Transferências do FUNDEB - Complementação da União - VAAR	0,00	0,00
Recursos de Precatórios do FUNDEF	0,00	0,00
Recursos de Precatórios do FUNDEB (2007- 2020)	0,00	0,00
Transferência do Salário-Educação	0,00	0,00
Transferências de Recursos do FNDE referentes ao Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE)	0,00	0,00
Transferências de Recursos do FNDE referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)	0,00	0,00
Transferências de Recursos do FNDE Referentes ao Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE)	0,00	0,00
Outras Transferências de Recursos do FNDE	0,00	0,00
Transferências do Governo Federal referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Educação	0,00	0,00
Transferências do Estado referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Educação	0,00	0,00
Transferências de Municípios referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Educação	0,00	0,00
Royalties e Participação Especial de Petróleo e Gás Natural Vinculados à Educação - Lei nº 12.858/2013	0,00	0,00
Operações de Crédito Vinculadas à Educação	0,00	0,00
Outras Transferências de Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Educação	0,00	0,00
Transferências de Recursos dos Estados para programas de educação	0,00	0,00
Outros Recursos Vinculados à Educação	0,00	0,00
Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde	0,00	0,00
Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Estruturação da Rede de Serviços Públicos de Saúde	0,00	0,00
Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde – Recursos destinados ao enfrentamento da COVID-19 no bojo da ação 21C0.	0,00	0,00
Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Bloco de Estruturação da Rede de Serviços Públicos de Saúde – Recursos destinados ao enfrentamento da COVID-19 no bojo da ação 21C0.	0,00	0,00
Transferências provenientes do Governo Federal destinadas ao vencimento dos agentes comunitários de saúde e dos agentes de combate às endemias	0,00	0,00

	Exercício Atual	Exercício Anterior
Assistência financeira da União destinada à complementação ao pagamento dos pisos salariais para profissionais da enfermagem.	0,00	0,00
Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual	0,00	0,00
Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes dos Governos Municipais	0,00	0,00
Transferências do Governo Federal referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Saúde	0,00	0,00
Transferências do Estado referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Saúde	0,00	0,00
Transferências de Municípios referentes a Convênios Instrumentos Congêneres vinculados à Saúde	0,00	0,00
Operações de Crédito vinculadas à Saúde	0,00	0,00
Royalties e Participação Especial de Petróleo e Gás Natural vinculados à Saúde - Lei nº 12.858/2013	0,00	0,00
Outras Transferências de Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Saúde	0,00	0,00
Outros Recursos Vinculados à Saúde	0,00	0,00
Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	0,00	0,00
Transferência de Recursos dos Fundos Estaduais de Assistência Social	0,00	0,00
Transferências de Recursos dos Fundos Municipais de Assistência Social	0,00	0,00
Transferências de Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Assistência Social	0,00	0,00
Outros Recursos Vinculados à Assistência Social	0,00	0,00
Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres da União	0,00	0,00
Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres dos Estados	0,00	0,00
Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres dos Municípios	0,00	0,00
Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres de outras Entidades	0,00	0,00
Transferências da União Referentes a Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Naturais	0,00	0,00
Transferências dos Estados Referentes a Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Naturais	0,00	0,00
Transferência Especial da União	0,00	0,00
Transferências da União – inciso I do art. 5º da Lei Complementar 173/2020	0,00	0,00
Transferência da União Referente à Compensação Financeira de Recursos Minerais	0,00	0,00
Transferência da União referente à Compensação Financeira de Recursos Hídricos	0,00	0,00
Transferência Especial dos Estados	0,00	0,00
Demais Transferências Obrigatórias não Decorrentes de Repartições de Receitas.	0,00	0,00
Transferências Fundo a Fundo de Recursos do Fundo Penitenciário - FUNPEN	0,00	0,00
Transferências Fundo a Fundo de Recursos do Fundo de Segurança Pública - FSP	0,00	0,00
Transferências Fundo a Fundo de Recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT	0,00	0,00
Transferências Destinadas ao Setor Cultural - LC nº 195/2022 – Art. 5º - Audiovisual	0,00	0,00
Transferências Destinadas ao Setor cultural - LC nº 195/2022 – Art. 8º - Demais Setores da Cultura	0,00	0,00
Assistência Financeira Transporte Coletivo – Art. 5º, Inciso IV, EC nº 123/2022	0,00	0,00
Auxílio Financeiro – Outorga Crédito Tributário ICMS – Art. 5º, Inciso V, EC nº 123/2022	0,00	0,00
Transferências da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura - Lei nº 14.399/2022	0,00	0,00
Transferências da União Referentes às participações na exploração de Petróleo e Gás Natural destinadas ao FEP - Lei 9.478/1997	0,00	0,00
Transferências da União Referentes a Cessão Onerosa de Petróleo – Lei nº 13.885/2019	0,00	0,00
Outras vinculações de transferências da União	0,00	0,00
Outras vinculações de transferências dos Estados	0,00	0,00
Outras vinculações de transferências	0,00	0,00
Recursos da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE	0,00	0,00
Recursos da Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública - COSIP	0,00	0,00
Recursos Vinculados ao Trânsito	0,00	0,00
Recursos Provenientes de Taxas, Contribuições e Preços Públicos	0,00	0,00
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00
Recursos de Alienação de Bens/Ativos - Administração Direta	0,00	0,00
Recursos de Alienação de Bens/Ativos - Administração Indireta	0,00	0,00
Recursos de Depósitos Judiciais – Lides das quais o Ente faz parte	0,00	0,00
Recursos de Depósitos Judiciais – Lides das quais o Ente não faz parte	0,00	0,00
Recursos Vinculados a Fundos	0,00	0,00
Recursos de Emolumentos, Taxas e Custas	0,00	0,00
Recursos Vinculados ao Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza	0,00	0,00
Outras Vinculações Legais	0,00	0,00

BALANÇO PATRIMONIAL

Exercício de 2025

	Exercício Atual	Exercício Anterior
Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário)	0,00	0,00
Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Repartição (Plano Financeiro)	0,00	0,00
Recursos Vinculados ao RPPS - Taxa de Administração	0,00	0,00
Recursos Vinculados ao Sistema de Proteção Social dos Militares (SPSM)	0,00	0,00
Demais Recursos Previdenciários	0,00	0,00
Recursos Extraorçamentários Vinculados a Precatórios	0,00	0,00
Recursos Extraorçamentários Vinculados a Depósitos Judiciais	0,00	0,00
Recursos de Depósitos de Terceiros	0,00	0,00
Outros Recursos Extraorçamentários	0,00	0,00
Recursos Próprios dos Consórcios	0,00	0,00
Recursos a Classificar	0,00	0,00
Outros Recursos Vinculados	0,00	0,00
Superávit/Déficit do Exercício	0,00	0,00

_____
EVERTON DA ROSA
Contador
CRC/RS nº 076595/O-3

_____
BRASIL DE FREITAS NETO
Presidente da Câmara de Vereadores
CPF nº 598.379.260-15

MUNICÍPIO DE INDEPENDÊNCIA

Data: 27/04/2026

CAMARA DE VEREADORES DE INDEPENDENCIA-RS

Hora: 15:44:29

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

Exercício de 2025

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS E DIMINUITIVAS	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	0	0,00	0,00
Contribuições	0	0,00	0,00
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	0	0,00	0,00
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	0	0,00	0,00
Transferências e Delegações Recebidas	0	1.708.972,90	1.904.486,68
Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos	0	5.762,47	1.111,67
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	0	1.708.972,90	1.899.423,52
Total das Variações Patrimoniais Aumentativas (I)	0	3.423.708,27	3.805.021,87
Pessoal e Encargos	0	1.071.748,78	1.009.231,93
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	0	12.531,44	0,00
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	0	312.172,75	315.874,94
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	0	0,00	0,00
Transferências e Delegações Concedidas	0	328.631,71	547.019,48
Desvalorização e Perdas de Ativos e Incorporação de Passivos	0	1.715.874,37	1.908.804,30
Tributárias	0	0,00	0,00
Custo das Mercadorias e Produtos Vendidos, e dos Serviços Prestados	0	0,00	0,00
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	0	20.775,06	21.405,97
Total das Variações Patrimoniais Diminutivas (II)	0	3.461.734,11	3.802.336,62
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO (I-II)	0	(38.025,84)	2.685,25

Nota I - Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		
	Exercício Atual	Exercício Anterior
Impostos	0,00	0,00
Taxas	0,00	0,00
Contribuições de Melhoria	0,00	0,00
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	0,00	0,00

Nota II - Contribuições		
	Exercício Atual	Exercício Anterior
Contribuições Sociais	0,00	0,00
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	0,00	0,00
Contribuição de Iluminação Pública	0,00	0,00
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	0,00	0,00
Contribuições	0,00	0,00

Nota III - Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos		
	Exercício Atual	Exercício Anterior
Vendas de Mercadorias	0,00	0,00
Vendas de Produtos	0,00	0,00
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	0,00	0,00
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	0,00	0,00

Nota IV - Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras		
	Exercício Atual	Exercício Anterior
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	0,00	0,00
Juros e Encargos de Mora	0,00	0,00
Variações Monetárias e Cambiais	0,00	0,00
Descontos Financeiros Obtidos	0,00	0,00
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	0,00	0,00
Aportes do Banco Central	0,00	0,00
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas – Financeiras	0,00	0,00
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	0,00	0,00

Nota V - Transferências e Delegações Recebidas		
	Exercício Atual	Exercício Anterior
Transferências Intra Governamentais	1.708.972,90	1.904.486,68
Transferências Inter Governamentais	0,00	0,00
Transferências das Instituições Privadas	0,00	0,00

Nota V - Transferências e Delegações Recebidas		
	Exercício Atual	Exercício Anterior
Transferências das Instituições Multigovernamentais	0,00	0,00
Transferências de Consórcios Públicos	0,00	0,00
Transferências do Exterior	0,00	0,00
Execução Orçamentária Delegada de Entes	0,00	0,00
Transferências de Pessoas Físicas	0,00	0,00
Outras Transferências e Delegações Recebidas	0,00	0,00
Transferências e Delegações Recebidas	1.708.972,90	1.904.486,68

Nota VI - Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos		
	Exercício Atual	Exercício Anterior
Reavaliação de Ativos	5.762,47	1.111,67
Ganhos com Alienação	0,00	0,00
Ganhos com Incorporação de Ativos	0,00	0,00
Desincorporação de Passivos	0,00	0,00
Reversão de Redução ao Valor Recuperável	0,00	0,00
Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos	5.762,47	1.111,67

Nota VII - Outras Variações Patrimoniais Aumentativas		
	Exercício Atual	Exercício Anterior
VPA a classificar	0,00	0,00
Resultado Positivo de Participações	0,00	0,00
Operações da Autoridade Monetária	0,00	0,00
Subvenções Econômicas	0,00	0,00
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	0,00	0,00
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	1.708.972,90	1.899.423,52
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	1.708.972,90	1.899.423,52

Nota VIII - Pessoal e Encargos		
	Exercício Atual	Exercício Anterior
Remuneração a Pessoal	940.843,03	919.355,73
Encargos Patronais	130.905,75	89.876,20
Benefícios a Pessoal	0,00	0,00
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	0,00	0,00
Pessoal e Encargos	1.071.748,78	1.009.231,93

Nota IX - Benefícios Previdenciários e Assistenciais		
	Exercício Atual	Exercício Anterior
Aposentadorias e Reformas	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00
Benefícios de Prestação Continuada	0,00	0,00
Benefícios Eventuais	0,00	0,00
Políticas Públicas de Transferência de Renda	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	12.531,44	0,00
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	12.531,44	0,00

Nota X - Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo		
	Exercício Atual	Exercício Anterior
Uso de Material de Consumo	68.698,41	51.456,75
Serviços	230.757,06	251.644,51
Depreciação, Amortização e Exaustão	12.717,28	12.773,68
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	312.172,75	315.874,94

Nota XI - Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras		
	Exercício Atual	Exercício Anterior
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	0,00	0,00
Juros e Encargos de Mora	0,00	0,00
Variações Monetárias e Cambiais	0,00	0,00

Nota XI - Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras		
	Exercício Atual	Exercício Anterior
Descontos Financeiros Concedidos	0,00	0,00
Aporte ao Banco Central	0,00	0,00
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas – Financeiras	0,00	0,00
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	0,00	0,00

Nota XII - Transferências e Delegações Concedidas		
	Exercício Atual	Exercício Anterior
Transferências Intra Governamentais	328.631,71	547.019,48
Transferências Inter Governamentais	0,00	0,00
Transferências a Instituições Privadas	0,00	0,00
Transferências a Instituições Multigovernamentais	0,00	0,00
Transferências a Consórcios Públicos	0,00	0,00
Transferências ao Exterior	0,00	0,00
Execução Orçamentária Delegada a Entes	0,00	0,00
Outras Transferências e Delegações Concedidas	0,00	0,00
Transferências e Delegações Concedidas	328.631,71	547.019,48

Nota XIII -Desvalorização e perda de Ativos e Incorporação de Passivos		
	Exercício Atual	Exercício Anterior
Redução a Valor Recuperável e Ajuste para Perdas	5.762,47	9.380,78
Perdas com Alienação	0,00	0,00
Perdas Involuntárias	1.139,00	0,00
Incorporação de Passivos	0,00	0,00
Desincorporação de Ativos	1.708.972,90	1.899.423,52
Desvalorização e Perdas de Ativos e Incorporação de Passivos	1.715.874,37	1.908.804,30

Nota XIV -Tributárias		
	Exercício Atual	Exercício Anterior
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	0,00	0,00
Contribuições	0,00	0,00
Total de VPD Tributárias	0,00	0,00

Nota XV -Custo das Mercadorias e Produtos Vendidos, e dos Serviços Prestados		
	Exercício Atual	Exercício Anterior
Custos das Mercadorias Vendidas	0,00	0,00
Custos dos Produtos Vendidos	0,00	0,00
Custos dos Serviços Prestados	0,00	0,00
Total de Custo das Mercadorias e Produtos Vendidos, e dos Serviços Prestados	0,00	0,00

Nota XVI - Outras Variações Patrimoniais Diminutivas		
	Exercício Atual	Exercício Anterior
Premiações	0,00	0,00
Resultado Negativo de Participações	0,00	0,00
Operações da Autoridade Monetária	0,00	0,00
Incentivos	0,00	0,00
Subvenções Econômicas	0,00	0,00
Participações e Contribuições	0,00	0,00
Constituição de Provisões	0,00	0,00
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	20.775,06	21.405,97
Total de Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	20.775,06	21.405,97

_____
EVERTON DA ROSA
Contador
CRC/RS nº 076595/O-3

_____
BRASIL DE FREITAS NETO
Presidente da Câmara de Vereadores
CPF nº 598.379.260-15

MUNICÍPIO DE INDEPENDÊNCIA
CAMARA DE VEREADORES DE INDEPENDENCIA-RS
BALANÇO FINANCEIRO

Exercício de 2025

INGRESSOS

Descrição	Exercício Atual	Exercício Anterior
Receita Orçamentária (I)	**0,00**	**0,00**
Ordinária	0,00	0,00
Recursos Vinculados (EXCETO AO RPPS)	0,00	0,00
Recursos Vinculados à Educação	0,00	0,00
Recursos Vinculados à Saúde	0,00	0,00
Recursos Vinculados à Assistência Social	0,00	0,00
Recursos Vinculados à Previdência Social (EXCETO RPPS)	0,00	0,00
Demais Vinculações Decorrentes de Transferências	0,00	0,00
Demais Vinculações Legais	0,00	0,00
Outras Vinculações	0,00	0,00
Recursos Vinculados ao RPPS	0,00	0,00
Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário)	0,00	0,00
Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Repartição (Plano Financeiro)	0,00	0,00
Recursos Vinculados ao RPPS - Taxa de Administração	0,00	0,00
Transferências Financeiras Recebidas (II)	**1.708.972,90**	**1.904.486,68**
Transferências Recebidas para a Execução Orçamentária	1.708.972,90	1.904.486,68
Transferências Financeiras Recebidas Independentes de Execução Orçamentária	0,00	0,00
Transferências Recebidas para Aportes de recursos para o RPPS	0,00	0,00
Transferências Recebidas para Aportes de recursos para o RGPS	0,00	0,00
Transferências Recebidas para Aportes de Recursos para o Sistema de Pagamento de Pensões Militares	0,00	0,00
Outras Movimentações Financeiras Recebidas (III)	**0,00**	**0,00**
Resgates de Investimentos e Aplicações Financeiras	0,00	0,00
Desbloqueios de Valores em Caixa	0,00	0,00
Recebimentos Extraorçamentários (IV)	**29.767,42**	**64.594,50**
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados	0,00	4.394,64
Inscrição de Restos a Pagar Processados	0,00	0,00
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	29.767,42	60.199,86
Outros Recebimentos Extraorçamentários	0,00	0,00
Saldo do Exercício Anterior (V)	**4.394,64**	**0,00**
Caixa e Equivalentes de Caixa (exceto RPPS)	4.394,64	0,00
Caixa e Equivalentes de Caixa RPPS	0,00	0,00
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	0,00	0,00
TOTAL (V) = (I+II+III+IV+V)	**1.743.134,96**	**1.969.081,18**

DISPÊNDIOS

	Exercicio Atual	Exercício Anterior
Despesa Orçamentária (VII)	**1.380.341,19**	**1.358.800,37**
Ordinária	1.380.341,19	1.358.800,37
Vinculada	0,00	0,00
Recursos Destinados à Educação	0,00	0,00
Recursos Destinados à Saúde	0,00	0,00
Recursos Destinado a Assistência Social	0,00	0,00
Recursos Vinculados à Previdência Social (Exceto ao RPPS)	0,00	0,00
Demais Vinculações Decorrentes de Transferências	0,00	0,00
Demais Vinculações Legais	0,00	0,00
Outras Vinculações	0,00	0,00
Recursos Vinculados ao RPPS	0,00	0,00
Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário)	0,00	0,00
Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Repartição (Plano Financeiro)	0,00	0,00
Recursos Vinculados ao RPPS - Taxa de Administração	0,00	0,00
Transferências Financeiras Concedidas (VIII)	**328.631,71**	**545.686,31**
Transferências Concedidas para a Execução Orçamentária	328.631,71	545.686,31

MUNICÍPIO DE INDEPENDÊNCIA
CAMARA DE VEREADORES DE INDEPENDENCIA-RS
BALANÇO FINANCEIRO

Exercício de 2025

	Exercicio Atual	Exercício Anterior
Transferências Financeiras Concedidas Independentes de Execução Orçamentária	0,00	0,00
Transferências Concedidas para Aportes de recursos para o RPPS	0,00	0,00
Transferências Concedidas para Aportes de recursos para o RGPS	0,00	0,00
Transferências Concedidas para Aportes de recursos para o Sistema de pagamento de Pensões Militares	0,00	0,00
Outras Movimentações Financeiras (IX)	**0,00**	**0,00**
Transferências para Investimentos e Aplicações Financeiras	0,00	0,00
Bloqueios de Valores em Caixa	0,00	0,00
Pagamentos Extraorçamentários (X)	**34.162,06**	**60.199,86**
Pagamentos de Restos a Pagar Não Processados	4.394,64	0,00
Pagamentos de Restos a Pagar Processados	0,00	0,00
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	29.767,42	60.199,86
Outros Pagamentos Extraorçamentários	0,00	0,00
Saldo para o Exercício Seguinte (XI)	**0,00**	**4.394,64**
Caixa e Equivalentes de Caixa (exceto RPPS)	0,00	4.394,64
Caixa e Equivalentes de Caixa RPPS	0,00	0,00
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	0,00	0,00
TOTAL (XII) = (VII+VIII+IX+X+XI)	**1.743.134,96**	**1.969.081,18**

ESPECIFICAÇÃO	Exercício Atual			Exercício Anterior		
	Receita Orçamentária (a)	Deduções da Receita Orçamentária (b)	Saldo (c) = (a - b)	Receita Orçamentária (d)	Deduções da Receita Orçamentária (e)	Saldo (f) = (d - e)
Recursos Não Vinculados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Vinculados (EXCETO AO RPPS)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Vinculados à Educação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Vinculados à Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Vinculados à Assistência Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Vinculados à Previdência Social (Exceto ao RPPS)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Vinculações Decorrentes de Transferências	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Vinculações Legais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Vinculações	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Vinculados ao RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Vinculados ao RPPS - Fundo em Repartição (Plano Financeiro)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Vinculados ao RPPS - Taxa de Administração	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**

_____
EVERTON DA ROSA
Contador
CRC/RS nº 076595/O-3

_____
BRASIL DE FREITAS NETO
Presidente da Câmara de Vereadores
CPF nº 598.379.260-15

MUNICÍPIO DE INDEPENDÊNCIA

CAMARA DE VEREADORES DE INDEPENDENCIA-RS

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Exercício de 2025

Data: 30/04/2026

Hora: 17:00:49

Descrição	Exercício Atual	Exercício Anterior
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS (I)	**4.408,06**	**25.249,64**
Ingressos	**1.738.740,32**	**1.964.686,54**
Receita Tributária	0,00	0,00
Receita de Contribuições	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00
Receita Agropecuária	0,00	0,00
Receita Industrial	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00
Remuneração das Disponibilidades	0,00	0,00
Transferências recebidas	1.708.972,90	1.904.486,68
Transferências Orcamentárias	0,00	0,00
Transferências Contábeis	1.708.972,90	1.904.486,68
Outras Receitas Derivadas e Originárias	29.767,42	60.199,86
Outras Receitas Orcamentárias	0,00	0,00
Outras Receitas Contábeis	29.767,42	60.199,86
Desembolsos	**1.734.332,26**	**1.939.436,90**
Pessoal e demais despesas	1.344.899,09	1.333.550,73
Pessoal e Demais Despesas - Exercício	1.341.080,45	1.333.550,73
Pessoal e Demais Despesas - Restos a Pagar Pagos	3.818,64	0,00
Juros e encargos da dívida	0,00	0,00
Transferências concedidas	359.665,75	545.686,31
Transferencias Concedida - Orcamenárias	31.034,04	0,00
Transferencias Concedida - Contábeis	328.631,71	545.686,31
Outros desembolsos operacionais	29.767,42	60.199,86
Outros desembolsos operacionais - Orcamenários	0,00	0,00
Outros desembolsos operacionais - Contábeis	29.767,42	60.199,86
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO (II)	**(8.802,70)**	**(20.855,00)**
Ingressos	**0,00**	**0,00**
Alienação de bens	0,00	0,00
Amortização de empréstimos e financiamentos concedidos	0,00	0,00
Outros ingressos de investimentos	0,00	0,00
Outros ingressos de investimentos - Orçamentários	0,00	0,00
Outros ingressos de investimentos - Contábeis	0,00	0,00
Desembolsos	**8.802,70**	**20.855,00**
Aquisição de ativo não circulante	8.802,70	20.855,00
Aquisição de ativo não circulante - Exercício	8.226,70	20.855,00
Aquisição de ativo não circulante - Restos Pagos	576,00	0,00
Concessão de empréstimos e financiamentos	0,00	0,00
Outros desembolsos de investimentos	0,00	0,00
Outros desembolsos de investimentos - Orçamentários	0,00	0,00
Outros desembolsos de investimentos - Contábeis	0,00	0,00
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO (III)	**0,00**	**0,00**
Ingressos	**0,00**	**0,00**
Operações de crédito	0,00	0,00
Outros ingressos de financiamentos	0,00	0,00
Integralização do capital social de empresas dependentes	0,00	0,00
Desembolsos	**0,00**	**0,00**
Amortização /Refinanciamento da dívida	0,00	0,00
Outros desembolsos de financiamentos	0,00	0,00
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA (I+II+III)	**(4.394,64)**	**4.394,64**
Caixa e Equivalentes de caixa inicial	4.394,64	0,00
Caixa e Equivalente de caixa final	0,00	4.394,64

	Exercicio Atual	Exercício Anterior
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES RECEBIDAS	**1.708.972,90**	**1.904.486,68**
Intergovernamentais	0,00	0,00

	Exercicio Atual	Exercício Anterior
da União	0,00	0,00
de Estados e Distrito Federal	0,00	0,00
de Municípios	0,00	0,00
Intragovernamentais	0,00	0,00
Outras transferências recebidas	1.708.972,90	1.904.486,68
TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS	**359.665,75**	**545.686,31**
Intergovernamentais	0,00	0,00
a União	0,00	0,00
a Estados e Distrito Federal	0,00	0,00
a Municípios	0,00	0,00
a Consórcios Públicos	0,00	0,00
Intragovernamentais	31.034,04	0,00
Outras transferências concedidas	328.631,71	545.686,31

	Exercício Atual	Exercício Anterior
Total dos Desembolsos de Pessoal e Demais Despesas por Função	**1.344.899,09**	**1.333.550,73**
Legislativa	850.694,13	844.552,49
Judiciária	0,00	0,00
Essencial à Justiça	0,00	0,00
Administração	494.204,96	488.998,24
Defesa Nacional	0,00	0,00
Segurança Pública	0,00	0,00
Relações Exteriores	0,00	0,00
Assistência Social	0,00	0,00
Previdência Social	0,00	0,00
Saúde	0,00	0,00
Trabalho	0,00	0,00
Educação	0,00	0,00
Cultura	0,00	0,00
Direitos da Cidadania	0,00	0,00
Urbanismo	0,00	0,00
Habitação	0,00	0,00
Saneamento	0,00	0,00
Gestão Ambiental	0,00	0,00
Ciência e Tecnologia	0,00	0,00
Agricultura	0,00	0,00
Organização Agrária	0,00	0,00
Indústria	0,00	0,00
Comércio e Serviços	0,00	0,00
Comunicações	0,00	0,00
Energia	0,00	0,00
Transporte	0,00	0,00
Desporto e Lazer	0,00	0,00
Encargos Especiais	0,00	0,00
Total dos Desembolsos de Pessoal e Demais Despesas por Função	**1.344.899,09**	**1.333.550,73**

	Exercício Atual	Exercício Anterior
Juros e Encargos da Dívida	**0,00**	**0,00**
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	0,00	0,00
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	0,00	0,00
Outros Encargos da Dívida	0,00	0,00
Total dos Juros e Encargos Da Dívida	**0,00**	**0,00**

_____
EVERTON DA ROSA
Contador
CRC/RS nº 076595/O-3

_____
BRASIL DE FREITAS NETO
Presidente da Câmara de Vereadores
CPF nº 598.379.260-15

MUNICÍPIO DE INDEPENDÊNCIA

CAMARA DE VEREADORES DE INDEPENDENCIA-RS

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

Exercício de 2025

Data: 29/04/2026

Hora: 11:05:28

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	Previsão Inicial (a)	Previsão Atualizada	Receitas Realizadas (c)	SALDO ((d) = (c-b)
Receitas Correntes (I)	0,00	0,00	0,00	0,00
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Capital (II)	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito/ Refinanciamento (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas (L22 + L23)	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Déficit (VI)	1.730.000,00	1.730.000,00	1.380.341,19	0,00
TOTAL (VII) = (V + VI)	1.730.000,00	1.730.000,00	1.380.341,19	0,00
Saldos de Exercícios Anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores	0,00	0,00	0,00	0,00
Superávit Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	Dotação Inicial (e)	Dotação Atualizada (f)	Despesas Empenhadas (g)	Despesas Liquidadas (h)	Despesas Pagas (i)	Saldo da Dotação (j) = (f-g)
Despesas Correntes (-VIII)	1.649.000,00	1.680.788,00	1.372.114,49	1.372.114,49	1.372.114,49	308.673,51
Pessoal e Encargos Sociais	1.067.000,00	1.096.503,00	1.057.086,13	1.057.086,13	1.057.086,13	39.416,87
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	582.000,00	584.285,00	315.028,36	315.028,36	315.028,36	269.256,64
Despesas de Capital (IX)	81.000,00	49.212,00	8.226,70	8.226,70	8.226,70	40.985,30
Investimentos	81.000,00	49.212,00	8.226,70	8.226,70	8.226,70	40.985,30
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reserva de Contingência (X)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS (XI) = (VII + IX + X)	1.730.000,00	1.730.000,00	1.380.341,19	1.380.341,19	1.380.341,19	349.658,81
Amortização da Dívida/Refinanciamento (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XIII)= (XI+ XII)	1.730.000,00	1.730.000,00	1.380.341,19	1.380.341,19	1.380.341,19	349.658,81
Superávit (XIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

MUNICÍPIO DE INDEPENDÊNCIA
CAMARA DE VEREADORES DE INDEPENDENCIA-RS
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

Exercício de 2025

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	Dotação Inicial (e)	Dotação Atualizada (f)	Despesas Empenhadas (g)	Despesas Liquidadas (h)	Despesas Pagas (i)	Saldo da Dotação (j) = (f-g)
TOTAL (XV) = (XIII + XIV)	1.730.000,00	1.730.000,00	1.380.341,19	1.380.341,19	1.380.341,19	349.658,81
Reserva do RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	Inscritos		Liquidados (c)	Pagos (d)	Cancelados (e)	Saldo a Pagar f= (a+b-d-e)
	Em Exercícios Anteriores (a)	Em 31 de Dezembro do Exercício Anterior (b)				
Despesas Correntes	0,00	3.818,64	3.818,64	3.818,64	0,00	0,00
Pessoal e Encargos Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	0,00	3.818,64	3.818,64	3.818,64	0,00	0,00
Despesas De Capital	0,00	576,00	576,00	576,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	576,00	576,00	576,00	0,00	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização Da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	4.394,64	4.394,64	4.394,64	0,00	0,00

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	INSCRITOS		PAGOS (c)	CANCELADOS (d)	SALDO a Pagar f= (a+b-c-d)
	EM EXERCÍCIOS ANTERIORES (a)	EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (b)			
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal e Encargos Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas De Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

_____
EVERTON DA ROSA
Contador
CRC/RS nº 076595/O-3

_____
BRASIL DE FREITAS NETO
Presidente da Câmara de Vereadores
CPF nº 598.379.260-15

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS CONSOLIDADAS

Exercício Financeiro de 2025, findo em 31 dez. 2025

Referentes à Câmara de Vereadores de Independência / RS

CNPJ nº 12.292.535/0001-62

CONTEXTO OPERACIONAL

A Câmara de Vereadores do município de Independência (doravante chamada de "entidade") é entidade do Poder Legislativo, sem personalidade jurídica, integrante do município de Independência, este que constitui Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, cujas Demonstrações Contábeis são regidas pela Lei Complementar nº 101/2000, Lei Federal nº 4.320/1964 e demais atos legais e normativos de Direito Financeiro Público, em especial o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC TSP).

Tem em suas atividades e operações de natureza predominante legislativa e fiscalizatória do Poder Executivo.

Entidades Abrangidas

Estas demonstrações contábeis abrangem as seguintes entidades integrantes da Administração Direta:

1. Câmara de Vereadores;

APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis obedecem às estruturas do MCASP e das Instruções de Procedimentos Contábeis (IPC).

As Demonstrações Contábeis são apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições contidas na Lei nº 4.320/1964, na LC 101/2000, Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e as Normas Brasileiras de Contabilidade, mais especificamente as NBC TSP

As regras para a elaboração das demonstrações contábeis têm por base as contas contábeis do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP), cuja utilização é obrigatória para a União, os Estados, o Distrito Federal e para os Municípios.

PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

Regimes de Competência

O setor público brasileiro se sujeita a dois regimes de competência distintos: o regime de competência orçamentária e o regime de competência contábil.

O regime de competência orçamentária decorre do art. 35 da Lei Federal nº 4.320/1964, o qual estabelece que pertencem ao exercício financeiro as receitas nele arrecadadas e as despesas nele legalmente empenhadas.

O regime de competência contábil decorre primariamente da doutrina contábil e estabelece que o registro contábil é realizado na data de ocorrência do fato gerador, independentemente de quando se deu ou dará o ingresso ou dispêndio de caixa.

Assim, é possível que do ponto de vista da interrelação entre ambos os regimes, os aspectos patrimoniais dos eventos possam ocorrer antes, durante ou após o evento orçamentário.

Quanto a receita, a normalidade dos eventos implicam no reconhecimento da variação patrimonial aumentativa antes ou no momento da arrecadação da receita orçamentária.

Do lado da despesa, na normalidade, o impacto patrimonial acontece de forma concomitante à liquidação da despesa, visto que, de forma geral, momento em que se reconhece uma variação patrimonial diminutiva ou uma variação aumentativa no ativo, em contrapartida do reconhecimento de uma obrigação.

Caixa e Equivalente de Caixa

Registro das Disponibilidades

As disponibilidades de caixa e equivalentes de caixa são registradas de forma segregada por fonte de recursos, conforme determina o art. 50, inciso I da Lei Complementar nº 101/2000.

Salvo situações excepcionais e em valores não relevantes, as disponibilidades de caixa e equivalentes permaneceram aplicadas no mercado financeiro ou em poupança enquanto não utilizadas.

Os recursos extraorçamentários arrecadados foram contabilizados de forma segregada dos demais recursos, inclusive quanto à fonte de recursos.

As disponibilidades de caixa e equivalentes foram depositadas em instituições financeiras oficiais conforme estabelece o § 3º do art. 164 da Constituição.

Em virtude de a operacionalização dos pagamentos relativos à folha de pagamento de pessoal estar contratada com a cooperativa de crédito SICREDI, o município mantém conta bancária naquela instituição financeira para utilização transitória dos recursos durante o processamento da folha de pagamento.

Rendimentos Financeiros das Disponibilidades

Os rendimentos financeiros obtidos pela aplicação das disponibilidades do Poder Legislativo no mercado financeiro são registrados como receita extraorçamentária na Câmara, uma vez que o Poder Legislativo não registra receitas orçamentárias. O registro orçamentário acontece na Prefeitura mediante o registro da despesa extraorçamentária na Câmara. Concomitantemente a isso, registra-se uma antecipação do repasse de duodécimo do Executivo para o Legislativo. Dessa forma, compensa-se a despesa extraorçamentária e a receita orçamentária com a antecipação do duodécimo evitando o trânsito financeiro entre Prefeitura e Câmara.

Créditos a Receber

Os créditos a receber foram registrados parcialmente pelo regime de competência.

A segregação em circulante e não circulante foi feita tomando como data-base a data das demonstrações contábeis, sendo que os ativos e passivos cuja expectativa de recebimento seja de até doze meses após a data das demonstrações foram classificados no curto prazo (circulante) e os demais, classificados no longo prazo (não circulante).

Créditos a Receber por Competência

Durante o exercício financeiro foram registrados os seguintes créditos por competência:

1) Duodécimo a receber.

Ajustes para Perdas de Créditos a Receber

Os ajustes para perdas de créditos a receber foram contabilizados no longo e curto prazo de acordo com a composição percentual dos saldos a receber em cada categoria.

Não houve ajustes nesse sentido.

Responsabilidades em Apuração

Na identificação de possível dano ao patrimônio, quando instaurado processo para apuração da responsabilidade, se dado ao conhecimento do Serviço de Contabilidade, o fato é registrado em contas de controle de acordo com a natureza do fato investigado.

Quando ocorre a conclusão do processo de identificação da responsabilidade, sendo identificado responsável e a ele atribuído valor a indenizar ao Município, quando do conhecimento pelo Serviço de Contabilidade, o valor registrado como “em apuração” é baixado para que se efetue o registro no ativo como crédito a receber decorrente de dano ao patrimônio público.

Contudo, o fluxo de informações e o controle é deficiente fazendo com que em algumas vezes, o registro ocorra apenas quando ocorre a restituição do valor, momento em que é dado o conhecimento dos fatos ao Serviço de Contabilidade.

Providências têm sido tomadas para melhorar o fluxo de informações para que estas sejam fornecidas tempestivamente para registro e, embora ainda existam deficiências, o registro tem ocorrido de uma forma mais tempestiva do que em anos anteriores.

Estoques

O município possui sistema informatizado de controle de estoques integrado ao sistema informatizado de contabilidade.

Na liquidação da despesa, como não há informação se o material foi ou não incluído em estoque, é registrada uma VPD, ocorrendo o ajuste mensalmente entre os valores contabilizados nas VPDs e a conta de estoques.

Em que pese a legislação aplicável determinar a avaliação dos estoques no setor público pela média ponderada das compras, diante da documentação apresentada pelas comissões setoriais de levantamento de estoques não é possível afirmar que esse foi o método adotado por elas na valoração dos itens inventariados.

Variações Patrimoniais Diminutivas Pagas Antecipadamente

Normalmente este grupo de contas registra os pagamentos antecipados de assinaturas de periódicos e seguros patrimoniais, que são apropriados mensalmente durante a vigência das respectivas assinaturas e apólices.

Já as diárias de viagem são apropriadas na liquidação da despesa tendo em vista que se trata de direito do beneficiário cabendo a sua devolução tão somente se a viagem não ocorrer ou se o retorno for antecipado, sendo esse o fato gerador de eventual crédito para a Fazenda Pública.

Suprimentos de Fundos - Adiantamentos

O município utiliza o instituto de suprimento de fundos (adiantamento) para o pagamento de despesas que não podem ser submetidas ao regime normal de execução da despesa.

O processo de suprimento de fundos implica na entrega de numerário diretamente ao servidor responsável pela despesa, por meio de empenho, o qual deve prestar contas da utilização dos recursos.

Na entrega do recurso ao servidor responsável, mediante o pagamento de empenho, é registrada uma VPD a apropriar no ativo e o registro do valor a prestar contas em contas de controle.

Quando o servidor apresenta a prestação de contas e ela é aprovada, apropria-se a variação patrimonial diminutiva e os registros das contas de controle são atualizados.

Ativo Imobilizado

O ativo imobilizado é controlado de forma analítica pelo Setor de Patrimônio e de forma sintética pelo Serviço de Contabilidade, havendo integração entre os respectivos sistemas informatizados para o registro automatizado das movimentações.

Os itens registrados no Ativo Imobilizado são avaliados pelo método de custo quando adquiridos de forma onerosa. Os itens recebidos em doação ou por meio de outras formas não onerosas são reconhecidos pelo valor de avaliação constante no instrumento de transferência ou, no caso de omissão do valor, de acordo com a avaliação de Comissão especificamente nomeada para esse fim.

Atualmente, dada a falta de materialidade e dificuldades procedimentais, custos de instalação de equipamentos não estão sendo incorporados ao valor contábil do bem instalado.

As obras em andamento de valor relevante são apropriadas em conta contábil do imobilizado própria até sua conclusão, quando são então transferidas para a conta contábil do imobilizado adequada com o tipo de bem imóvel produzido, com o correspondente registro pelo Setor de Patrimônio.

A depreciação, amortização e exaustão obedecem ao regramento do Decreto Municipal nº 184/2019.

A depreciação, a amortização e a exaustão são calculadas mensalmente, para todos os bens depreciáveis registrados no Ativo Imobilizado do Município, obedecendo-se ao decreto regulamentador, às Normas Brasileiras de Contabilidade e às demais normas aplicáveis, em especial as editadas pela Secretaria do Tesouro Nacional e do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul.

O cálculo da depreciação, amortização e exaustão fica a cargo do Setor de Patrimônio, obedecidas as orientações e diretrizes do Setor de Contabilidade.

Para fins de determinação da vida útil do bem, existe tabela padronizada por conta patrimonial elaborada pelo Setor de Contabilidade.

Regulamentação

O regulamento do controle patrimonial do município encontra-se expresso no Decreto Municipal nº 184/2019 que estabelece entre outras regas, as seguintes:

1. Válido para todos os órgãos do município, inclusive quanto à Câmara de Vereadores;

2. Material permanente é caracterizado como aquele que, em razão de seu uso corrente, não perde sua identidade física, e/ou tem durabilidade superior a dois anos;

Material Permanente x Material de Consumo

Será classificado como material de consumo aquele que apresentar uma das seguintes características:

1. Durabilidade, quando o material em uso normal perde ou tem reduzidas as suas condições de funcionamento, no prazo máximo de dois anos;
2. Fragilidade, cuja estrutura esteja sujeita a modificação, por ser quebradiço ou deformável, caracterizando-se pela irrecuperabilidade e/ou perda de sua identidade;
3. Perecibilidade, quando sujeito a modificações (químicas ou físicas) ou que se deteriora ou perde sua característica normal de uso;
4. Incorporabilidade, quando destinado à incorporação a outro bem, não podendo ser retirado sem prejuízo das características do principal; e
5. Transformabilidade, quando adquirido para fim de transformação.

Os materiais permanentes não tombados serão controlados por relação carga.

De regra, são tombados os bens classificados como material permanente.

Anualmente, os órgãos municipais devem enviar ao Serviço de Contabilidade a movimentação dos bens controlados por relação carga para fins de atualização dos registros contábeis. Entretanto isso não aconteceu neste exercício financeiro.

Contabilização

Para fins de possibilitar a integração dos sistemas, no momento da liquidação da despesa é utilizada uma conta transitória de bens móveis a classificar que irá receber o valor devedor liquidado. Tal conta será creditada por ocasião do registro do bem no sistema patrimonial, em contrapartida a um débito na conta contábil adequada ao tipo de ativo imobilizado.

Eventualmente, ocorrem aquisições de bens classificados como equipamento ou material permanente que são, por razões diversas, classificados orçamentariamente como material de consumo. Nessa circunstância, são registrados no sistema contábil em conta do imobilizado denominada MATERIAL PERMANENTE EMPENHADO COMO MATERIAL DE CONSUMO.

Obras em Andamento

As obras em andamento são apropriadas em conta contábil do imobilizado própria até sua conclusão, quando são então transferidas para a conta contábil do imobilizado adequada com o tipo de bem imóvel produzido, com o correspondente registro pelo Setor de Patrimônio.

Depreciação, Exaustão e Amortização

A depreciação, amortização e exaustão obedecem ao regramento do Decreto Municipal nº 184/2019.

A depreciação, a amortização e a exaustão são calculadas mensalmente, para todos os bens depreciáveis registrados no Ativo Imobilizado do Município, obedecendo-se ao decreto regulamentador, às Normas Brasileiras de Contabilidade e às demais normas aplicáveis, em especial as editadas pela Secretaria do Tesouro Nacional e do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul.

Consideram-se bens não depreciáveis:

1. Bens móveis de natureza cultural, tais como obras de artes, antiguidades, documentos, bens com interesse histórico, bens integrados em coleções, entre outros;
2. Bens de uso comum que absorveram ou absorvem recursos públicos, considerados tecnicamente, de vida útil indeterminada;
3. Animais que se destinam à exposição e à preservação;
4. Terrenos rurais e urbanos;

O cálculo da depreciação, amortização e exaustão fica a cargo do Setor de Patrimônio, obedecidas as orientações e diretrizes do Setor de Contabilidade.

A depreciação, a amortização e a exaustão de um ativo começam quando o item estiver em condições de uso.

A depreciação, a amortização e a exaustão de um ativo não cessam quando o ativo se torna obsoleto ou é retirado temporariamente de operação.

Para o cálculo da depreciação, amortização e exaustão, o Setor de Patrimônio poderá utilizar um dos seguintes métodos:

1. Método das quotas constantes;
2. Método da soma dos dígitos;
3. Método das Unidades Produzidas.

É possível adotar métodos distintos para cada bem ou espécie de bens, conforme as características próprias e técnicas existentes.

Atualmente, todos os itens em depreciação utilizam o método das quotas constantes.

A alteração de método de cálculo somente poderá ocorrer entre um exercício e outro, devendo ser evidenciadas pelo Setor de Contabilidade quando da elaboração das Demonstrações Contábeis.

Para bens adquiridos novos, a depreciação será calculada pela alíquota mensal completa, independentemente da data de aquisição ou instalação do bem.

Para fins de determinação da vida útil do bem, existe tabela padronizada por conta patrimonial elaborada pelo Setor de Contabilidade.

Tabela 1 Vida útil considerada para fins de depreciação.

Classe de ativo	Vida útil
Equipamentos e ferramentas	10 anos
Bens de informática	5 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Materiais culturais, educacionais e de comunicação	10 anos
Veículos	5 anos
Demais bens móveis	10 anos
Bens imóveis	25 anos
Instalações	10 anos

Reavaliação

A reavaliação obedece ao regramento do Decreto Municipal nº 184/2019.

O procedimento de reavaliação deve ser conduzido por Comissão composta para tal fim, sob orientação e supervisão do Serviço Patrimonial e orientação do Setor de Contabilidade, os quais não a integrarão.

A reavaliação dos componentes do Ativo Imobilizado deve ocorrer, pelo menos:

1. Anualmente, para as contas ou grupos de contas cujos valores de mercado variem significativamente em relação aos valores anteriormente registrados;
2. Sempre que ocorrer um fato que altere ou possa alterar significativamente o valor de mercado de determinado bem;
3. Anteriormente a alienações de bens do Ativo Imobilizado;
4. A cada quatro anos, para os demais casos.

A reavaliação dos bens móveis levará em consideração o valor de mercado do bem novo, o estado de conservação do bem, o período já utilizado da vida útil do bem e o período estimado de utilização futura do bem.

Inventário de Bens Móveis e Imóveis

O inventário geral do imobilizado está previsto no Decreto Municipal nº 184/2019.

Anualmente deve ser realizado pelas Comissões Setoriais de Inventário Patrimonial o inventário de bens patrimoniais nos termos do art. 96 da Lei Federal nº 4.320/64.

Apropriação de Férias e Décimo Terceiro Salário por Competência

Os valores estimados de férias e 13º salário são calculados pelo sistema informatizado de pessoal e são apropriados mensalmente.

Quanto as férias, são apropriados os valores relativos ao 1/3 constitucional tendo em vista que a configuração de eventos do sistema de folha de pagamentos não possibilita a separação do que é férias (principal) e o que é vencimentos quando do empenho da folha de pagamento mensal. Assim, apenas é possível a apropriação mensal do adicional de 1/3. Essa apropriação considera apenas os servidores com férias vencidas no período.

No que se refere o 13º salário, também conhecido como adicional natalino, a apropriação acontece mensalmente na razão de 1/12 da remuneração dos servidores.

Os encargos patronais sobre essas apropriações são feitos apenas na competência em que são efetivamente empenhados tendo em vista que também não há condições de segregar os encargos de férias e 13º salário dos encargos normais no momento da liquidação da despesa para fins de baixa.

O reconhecimento do prêmio assiduidade a pagar por competência não é feita em virtude de que o sistema informatizado de folha de pagamento não possui condições de fornecer as informações necessárias para a integração. Além disso, os prêmios por assiduidade devidos são pagos no mês de constituição do direito.

Riscos Fiscais e Passivos Contingentes

A gestão de riscos fiscais e passivos contingentes é incipiente no município tendo em vista que há extrema dificuldade na circulação das informações necessárias à identificação e mensuração desses elementos.

Em que pese tais dificuldades, ainda assim, quando o Serviço de Contabilidade identifica a existência de um risco fiscal ou passivo contingente cujo suporte documental possibilite a sua mensuração, o registro é feito.

Quanto aos passivos contingentes atualmente identificados, estão as ações judiciais nas quais o município é condenado em primeira instância.

Quanto as dívidas em processo de reconhecimento, quando o Serviço de Contabilidade toma conhecimento, com suporte documental, de que existe uma possível dívida do município, após informar a autoridade competente, o registro é feito até que se tenha o reconhecimento ou não da dívida.

BALANÇO PATRIMONIAL

O Balanço Patrimonial é a demonstração contábil que evidencia, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial da entidade pública por meio de contas representativas do patrimônio público, bem como os atos potenciais, que são registrados em contas de compensação (natureza de informação de controle).

A Lei nº 4.320/1964 confere viés orçamentário ao Balanço Patrimonial ao separar o ativo e o passivo em dois grupos, Financeiro e Permanente, em função da dependência ou não de autorização legislativa ou orçamentária para realização dos itens que o compõem.

Caixa e Equivalente de Caixa

As disponibilidades de caixa foram registradas em contas contábeis apartadas para cada vinculação de recursos, utilizando-se contas contábeis segregadas para as contas de caixa, movimento, aplicação e depósitos e valores restituíveis.

Tabela 2 Resumo da movimentação das contas de Caixa e Equivalente de Caixa

Estruturado	Código	Descrição	Saldo Anterior	D/C	Débito	Crédito	Saldo Final	D/C
1.1.1.0.0.00.00.00.00.00		**CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA**	**4.394,64**	**D**	**4.860.567,80**	**4.864.962,44**	**0,00**	
1.1.1.1.0.00.00.00.00.00		**CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL**	**4.394,64**	**D**	**4.859.773,28**	**4.864.167,92**	**0,00**	
1.1.1.1.1.00.00.00.00.00		**CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA EM MOEDA NACIONAL - CONSOLIDAÇÃO**	**4.394,64**	**D**	**4.859.773,28**	**4.864.167,92**	**0,00**	
1.1.1.1.1.19.00.00.00.00		**BANCOS CONTA MOVIMENTO - DEMAIS CONTAS**	**4.394,64**	**D**	**3.270.283,90**	**3.274.678,54**	**0,00**	
1.1.1.1.1.19.12.00.00.00		**BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**	**4.394,64**	**D**	**3.270.283,90**	**3.274.678,54**	**0,00**	
1.1.1.1.1.19.12.05.00.00	243	BANRISUL GERAL CAMARA MOV 0001 1064/04.080187.0-6	4.394,64	D	3.270.283,90	3.274.678,54	0,00	
1.1.1.1.1.50.00.00.00.00		**APLICAÇÕES FINANCEIRAS DE LIQUIDEZ IMEDIATA - USO GERAL**	**0,00**		**1.589.489,38**	**1.589.489,38**	**0,00**	
1.1.1.1.1.50.03.00.00.00		**FUNDOS DE INVESTIMENTO**	**0,00**		**1.589.489,38**	**1.589.489,38**	**0,00**	
1.1.1.1.1.50.03.22.00.00	244	BANRISUL GERAL CAMARA APLIC 0001 1064/04.080187.0-6	0,00		1.589.489,38	1.589.489,38	0,00	
1.1.1.3.0.00.00.00.00.00		**CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA - VALORES RESTITUÍVEIS E VINCULADOS**	**0,00**		**794,52**	**794,52**	**0,00**	
1.1.1.3.1.00.00.00.00.00		**DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E VALORES VINCULADOS - CONSOLIDAÇÃO**	**0,00**		**794,52**	**794,52**	**0,00**	
1.1.1.3.1.01.00.00.00.00		**DEPÓSITOS CONSIGNADOS**	**0,00**		**794,52**	**794,52**	**0,00**	
1.1.1.3.1.01.04.00.00.00	908016	BANRISUL CM RETENCOES MOV 8001 1064/04.080187.0-6	0,00		794,52	794,52	0,00	

O Município não utiliza mais movimentação em espécie, por isso não há movimentação da conta Caixa.

Estoques

Até o ano de 2022, não havia integração entre os sistemas informatizados de almoxarifado e o de contabilidade, de forma que a atualização do estoque ocorria apenas por ocasião do encerramento do exercício a partir dos resultados do trabalho de comissões especialmente designadas para o levantamento de estoques.

Entretanto, no encerramento de 2023 foi possível iniciar a integração entre os sistemas proporcionando uma atualização mensal dos saldos e movimentações dos estoques.

O sistema de almoxarifado possui o controle analítico dos estoques enquanto o sistema contábil, por ocasião do encerramento mensal registra a movimentação ocorrida em cada mês, de forma sintética.

Variações Pagas Antecipadamente

Durante o exercício financeiro foram movimentadas contas de VPD a apropriar referentes a alugueis, prêmios de seguros, assinaturas e anuidades, termos de fomento e convênios, entre outras.

Tabela 3 Resumo da movimentação das contas de VPD a apropriar

Estruturado	Código	Descrição	Saldo Anterior	D/C	Débito	Crédito	Saldo Final	D/C
1.1.9.0.0.00.00.00.00.00		**VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS PAGAS ANTECIPADAMENTE**	**75,00**	**D**	**0,00**	**75,00**	**0,00**	
1.1.9.3.0.00.00.00.00.00		**ASSINATURAS E ANUIDADES A APROPRIAR**	**75,00**	**D**	**0,00**	**75,00**	**0,00**	
1.1.9.3.1.00.00.00.00.00	506589	ASSINATURAS E ANUIDADES A APROPRIAR - CONSOLIDAÇÃO	75,00	D	0,00	75,00	0,00	

Imobilizado

O valor contábil do ativo imobilizado é desdobrado no seguinte detalhamento:

Tabela 4 Composição do Ativo Imobilizado

Estruturado	Código	Descrição	Saldo Anterior	D/C	Débito	Crédito	Saldo Final	D/C
1.2.3.0.0.00.00.00.00.00		**IMOBILIZADO**	**104.385,22**	**D**	**31.392,67**	**36.446,25**	**99.331,64**	**D**
1.2.3.1.0.00.00.00.00.00		**BENS MÓVEIS**	**138.211,38**	**D**	**26.967,27**	**20.129,57**	**145.049,08**	**D**
1.2.3.2.0.00.00.00.00.00		**BENS IMÓVEIS**	**36.000,00**	**D**	**0,00**	**0,00**	**36.000,00**	**D**
1.2.3.8.0.00.00.00.00.00		**(-) DEPRECIAÇÃO, EXAUSTÃO E AMORTIZAÇÃO ACUMULADAS**	**69.826,16**	**C**	**826,00**	**12.717,28**	**81.717,44**	**C**
1.2.3.9.0.00.00.00.00.00		**(-) REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL DE IMOBILIZADO**	**0,00**		**3.599,40**	**3.599,40**	**0,00**	

Passivo Financeiro, Contas a Pagar e Restos a Pagar Processados

No encerramento do exercício, a posição de contas a pagar integrantes do Passivo Financeiro (contas a pagar com execução orçamentária, ou seja, com empenhos liquidados e não pagos), incluindo os restos a pagar processados tinha a seguinte composição:

Tabela 5 Composição das Contas a Pagar com execução orçamentária

Estruturado	Código	Descrição	Saldo Anterior	D/C	Débito	Crédito	Saldo Final	D/C
2.1.1.4.2.01.02.00.00.00	6009	CONTRIBUIÇÃO A REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA (RPPS) (F)	0,00		28.119,06	28.119,06	0,00	
2.1.1.4.3.01.01.02.00.00	6013	CONTRIBUIÇÕES AO RGPS SOBRE SALÁRIOS E REMUNERAÇÕES (F)	0,00		101.618,81	101.618,81	0,00	
2.1.3.1.1.01.01.01.00.00	820	FORNECEDORES DO EXERCICIO	0,00		1.273.983,15	1.273.983,15	0,00	
2.1.3.1.1.01.01.02.18.00	9021387	RESTOS A PAGAR 2024	0,00		4.394,64	4.394,64	0,00	
2.1.8.8.1.04.99.00.00.00	91698	OUTROS DEPÓSITOS	0,00		28.972,90	28.972,90	0,00	
2.1.8.8.2.99.01.01.00.00	7370	DESCONTOS A RECOLHER AO TESOURO MUNICIPAL	0,00		84,80	84,80	0,00	
2.1.8.8.3.01.04.02.00.00	1685	IRRF SERVICOS PJ 1708-06 LEGISLATIVO	0,00		709,72	709,72	0,00	
2.1.8.9.1.02.00.00.00.00	901709	DIÁRIAS A PAGAR	0,00		41.511,36	41.511,36	0,00	

Ajustes de Exercícios Anteriores

A conta Ajustes de Exercícios Anteriores, que registra os efeitos da mudança de critério contábil ou da retificação de erro imputável a exercício anterior que não possam ser atribuídos a fatos subsequentes, integra a conta Resultados Acumulados.

No exercício das demonstrações contábeis, a conta de ajustes de exercícios anteriores não recebeu lançamentos.

Atos Potenciais Ativos

Os atos potenciais ativos representam atos e fatos que podem vir a afetar positivamente o patrimônio da entidade.

Não houve registros nesta classe de contas.

Atos Potenciais Passivos

Os atos potenciais passivos representam atos e fatos que podem vir a afetar negativamente o patrimônio da entidade.

Tabela 6 Detalhamento dos Atos Potenciais Passivos

Estruturado	Código	Descrição	Saldo Anterior	D/C	Débito	Crédito	Saldo Final	D/C
8.1.2.0.0.00.00.00.00.00		**EXECUÇÃO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS**	**69.276,99**	**C**	**178.767,41**	**123.246,43**	**13.756,01**	**C**
8.1.2.3.0.00.00.00.00.00		**EXECUÇÃO DE OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS**	**69.276,99**	**C**	**178.767,41**	**123.246,43**	**13.756,01**	**C**
8.1.2.3.1.00.00.00.00.00		**EXECUÇÃO DE OBRIGAÇÕES -CONSOLIDAÇÃO**	**69.276,99**	**C**	**178.767,41**	**123.246,43**	**13.756,01**	**C**
8.1.2.3.1.02.00.00.00.00		**CONTRATOS DE SERVIÇOS**	**69.276,99**	**C**	**178.767,41**	**123.246,43**	**13.756,01**	**C**
8.1.2.3.1.02.01.00.00.00	509454	A EXECUTAR	0,00		54.745,21	68.501,22	13.756,01	C
8.1.2.3.1.02.02.00.00.00	509455	EXECUTADOS	69.276,99	C	124.022,20	54.745,21	0,00	

Nos valores da Tabela 6 Detalhamento dos Atos Potenciais Passivos estão compreendidos apenas os valores a executar, conforme preceituam as normas de elaboração das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS

A Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP) evidenciará as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indicará o resultado patrimonial do exercício.

O resultado patrimonial do período é apurado na DVP pelo confronto entre as variações patrimoniais quantitativas aumentativas e diminutivas. O valor apurado passa a compor o saldo patrimonial do Balanço Patrimonial (BP) do exercício.

Este Demonstrativo tem função semelhante à Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) do setor privado. Contudo, é importante ressaltar que a DRE apura o resultado em termos de lucro ou prejuízo líquido, como um dos principais indicadores de desempenho da entidade. Já no setor público, o resultado patrimonial não é um indicador de desempenho, mas um medidor do quanto o serviço público ofertado promoveu alterações quantitativas dos elementos patrimoniais.

A DVP permite a análise de como as políticas adotadas provocaram alterações no patrimônio público, considerando-se a finalidade de atender às demandas da sociedade.

Transferências e Delegações Recebidas

Compreende o somatório das variações patrimoniais aumentativas com transferências intergovernamentais, transferências intragovernamentais, transferências de instituições multigovernamentais, transferências de instituições privadas com ou sem fins lucrativos, transferências de convênios e transferências do exterior.

Tabela 7 Detalhamento das Transferências e Delegações Recebidas

Estruturado	Código	Descrição	Saldo Anterior	D/C	Débito	Crédito	Saldo Final	D/C
4.5.0.0.0.00.00.00.00.00		**TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES RECEBIDAS**	**0,00**		**0,00**	**1.708.972,90**	**1.708.972,90**	**C**
4.5.1.0.0.00.00.00.00.00		**TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS**	**0,00**		**0,00**	**1.708.972,90**	**1.708.972,90**	**C**
4.5.1.1.0.00.00.00.00.00		**TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS PARA A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA**	**0,00**		**0,00**	**1.708.972,90**	**1.708.972,90**	**C**
4.5.1.1.2.00.00.00.00.00		**TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS PARA A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - INTRA OFSS**	**0,00**		**0,00**	**1.708.972,90**	**1.708.972,90**	**C**
4.5.1.1.2.02.00.00.00.00	3839	REPASSE RECEBIDO	0,00		0,00	1.708.972,90	1.708.972,90	C

O valor da conta repasse recebido corresponde ao valor de duodécimo recebido do Poder Executivo, nos termos da Constituição Federal.

Outras Variações Patrimoniais Aumentativas

Compreende o somatório das demais variações patrimoniais aumentativas não incluídas nos grupos anteriores, tais como: resultado positivo da equivalência patrimonial, dividendos, etc.

Tabela 8 Detalhamento das Outras Variações Patrimoniais Aumentativas

Estruturado	Código	Descrição	Saldo Anterior	D/C	Débito	Crédito	Saldo Final	D/C
4.9.0.0.0.00.00.00.00.00		OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	0,00		21.027,10	1.730.000,00	1.708.972,90	C
4.9.9.0.0.00.00.00.00.00		DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	0,00		21.027,10	1.730.000,00	1.708.972,90	C
4.9.9.9.0.00.00.00.00.00		VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS DECORRENTES DE FATOS GERADORES DIVERSOS	0,00		21.027,10	1.730.000,00	1.708.972,90	C
4.9.9.9.2.00.00.00.00.00		VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS DECORRENTES DE FATOS GERADORES DIVERSOS - INTRA-OFSS	0,00		21.027,10	1.730.000,00	1.708.972,90	C
4.9.9.9.2.01.00.00.00.00	907572	DUODECIMO LEGISLATIVO - INTRA-OFSS	0,00		21.027,10	1.730.000,00	1.708.972,90	C

Pessoal e Encargos

Compreende a remuneração do pessoal ativo civil ou militar, correspondente ao somatório das variações patrimoniais diminutivas com subsídios, vencimentos, soldos e vantagens pecuniárias fixas ou variáveis estabelecidas em lei decorrentes do pagamento pelo efetivo exercício do cargo, emprego ou função de confiança no setor público, bem como as variações patrimoniais diminutivas com contratos de terceirização de mão de obra que se refiram à substituição de servidores e empregados públicos. Compreende ainda, obrigações trabalhistas de responsabilidade do empregador, incidentes sobre a folha de pagamento dos órgãos e demais entidades do setor público, contribuições a entidades fechadas de previdência e benefícios eventuais a pessoal civil e militar, destacados os custos de pessoal e encargos inerentes às mercadorias e produtos vendidos e serviços prestados.

Tabela 9 Detalhamento da VPD de Pessoal e Encargos

Estruturado	Código	Descrição	Saldo Anterior	D/C	Débito	Crédito	Saldo Final	D/C
3.1.0.0.0.00.00.00.00.00		PESSOAL E ENCARGOS	0,00		1.095.719,07	23.970,29	1.071.748,78	D
3.1.1.0.0.00.00.00.00.00		REMUNERAÇÃO A PESSOAL	0,00		956.573,92	15.730,89	940.843,03	D
3.1.1.1.0.00.00.00.00.00		REMUNERAÇÃO A PESSOAL ATIVO CIVIL – ABRANGIDOS PELO RPPS	0,00		272.143,00	6.488,07	265.654,93	D
3.1.1.2.0.00.00.00.00.00		REMUNERAÇÃO A PESSOAL ATIVO CIVIL – ABRANGIDOS PELO RGPS	0,00		684.430,92	9.242,82	675.188,10	D
3.1.2.0.0.00.00.00.00.00		ENCARGOS PATRONAIS	0,00		139.145,15	8.239,40	130.905,75	D
3.1.2.1.0.00.00.00.00.00		ENCARGOS PATRONAIS - RPPS	0,00		31.059,09	25,05	31.034,04	D
3.1.2.2.0.00.00.00.00.00		ENCARGOS PATRONAIS - RGPS	0,00		108.086,06	8.214,35	99.871,71	D

Benefícios Previdenciários e Assistenciais

Compreendem as variações patrimoniais diminutivas relativas às aposentadorias, pensões, reformas, reserva remunerada e outros benefícios previdenciários de caráter contributivo, do Regime Próprio da Previdência Social (RPPS) e do Regime Geral da Previdência Social (RGPS).

Compreendem, também, as ações de assistência social, que são políticas de seguridade social não contributiva, visando ao enfrentamento da pobreza, à garantia dos mínimos sociais, ao provimento de condições para atender às contingências sociais e à universalização dos direitos sociais.

Tabela 10 Detalhamento da VPD de Benefícios Previdenciários e Assistenciais

Estruturado	Código	Descrição	Saldo Anterior	D/C	Débito	Crédito	Saldo Final	D/C
3.2.0.0.0.00.00.00.00.00		BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS	0,00		12.531,44	0,00	12.531,44	D
3.2.9.0.0.00.00.00.00.00		OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS	0,00		12.531,44	0,00	12.531,44	D
3.2.9.1.0.00.00.00.00.00		OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS - SERVIDOR CIVIL	0,00		12.531,44	0,00	12.531,44	D
3.2.9.1.1.00.00.00.00.00		OUTROS BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS E ASSISTENCIAIS - SERVIDOR CIVIL - CONSOLIDAÇÃO	0,00		12.531,44	0,00	12.531,44	D
3.2.9.1.1.10.00.00.00.00	2599	AUXÍLIO-DOENÇA	0,00		1.467,51	0,00	1.467,51	D
3.2.9.1.1.11.00.00.00.00	2600	SALÁRIO MATERNIDADE	0,00		11.063,93	0,00	11.063,93	D

Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo

Representa o somatório das variações patrimoniais diminutivas com manutenção e operação da máquina pública, exceto despesas com pessoal e encargos que serão registradas em grupo específico (Despesas de Pessoal e Encargos). Compreende: diárias, material de consumo, depreciação, amortização etc.

Tabela 11 Detalhamento da VPD de Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo

Estruturado	Código	Descrição	Saldo Anterior	D/C	Débito	Crédito	Saldo Final	D/C
3.3.0.0.0.00.00.00.00.00		USO DE BENS, SERVIÇOS E CONSUMO DE CAPITAL FIXO	0,00		323.587,68	11.414,93	312.172,75	D
3.3.1.0.0.00.00.00.00.00		USO DE MATERIAL DE CONSUMO	0,00		75.568,64	6.870,23	68.698,41	D
3.3.1.1.0.00.00.00.00.00		CONSUMO DE MATERIAL	0,00		75.408,64	6.870,23	68.538,41	D
3.3.1.2.0.00.00.00.00.00		DISTRIBUIÇÃO DE MATERIAL GRATUITO	0,00		160,00	0,00	160,00	D
3.3.2.0.0.00.00.00.00.00		SERVIÇOS	0,00		235.301,76	4.544,70	230.757,06	D
3.3.2.1.0.00.00.00.00.00		DIÁRIAS	0,00		104.810,94	2.701,80	102.109,14	D
3.3.2.2.0.00.00.00.00.00		SERVIÇOS TERCEIROS - PF	0,00		15.818,88	0,00	15.818,88	D
3.3.2.3.0.00.00.00.00.00		SERVIÇOS TERCEIROS - PJ	0,00		114.671,94	1.842,90	112.829,04	D
3.3.3.0.0.00.00.00.00.00		DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO	0,00		12.717,28	0,00	12.717,28	D
3.3.3.1.0.00.00.00.00.00		DEPRECIAÇÃO	0,00		12.717,28	0,00	12.717,28	D

Transferências e Delegações Concedidas

Compreende o somatório das variações patrimoniais diminutivas com transferências intergovernamentais, transferências intragovernamentais, transferências a instituições multigovernamentais, transferências a instituições privadas com ou sem fins lucrativos, transferências a convênios e transferências ao exterior.

Tabela 12 Detalhamento das Transferências e Delegações Concedidas

Estruturado	Código	Descrição	Saldo Anterior	D/C	Débito	Crédito	Saldo Final	D/C
3.5.0.0.0.00.00.00.00.00		TRANSFERÊNCIAS E DELEGAÇÕES CONCEDIDAS	0,00		657.263,42	328.631,71	328.631,71	D
3.5.1.0.0.00.00.00.00.00		TRANSFERÊNCIAS INTRAGOVERNAMENTAIS	0,00		657.263,42	328.631,71	328.631,71	D
3.5.1.1.0.00.00.00.00.00		TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS PARA A EXECUÇÃO ORCAMENTARIA	0,00		657.263,42	328.631,71	328.631,71	D
3.5.1.1.2.00.00.00.00.00		TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS PARA A EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - INTRA OFSS	0,00		657.263,42	328.631,71	328.631,71	D
3.5.1.1.2.02.00.00.00.00	2943	REPASSE CONCEDIDO	0,00		328.631,71	328.631,71	0,00	
3.5.1.1.2.09.00.00.00.00	2948	DEVOLUÇÃO DE TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS	0,00		328.631,71	0,00	328.631,71	D

A devolução de transferências concedidas corresponde ao saldo financeiro líquido dos compromissos a pagar existente em 31/12/2025 nas contas de caixa e equivalentes de caixa do legislativo que, por força constitucional e legal, deve ser devolvido ao Executivo.

Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos

Compreende a variação patrimonial diminutiva com desvalorização e perdas de ativos, com redução a valor recuperável, perdas com alienação e perdas involuntárias ou com a incorporação de passivos.

Tabela 13 Detalhamento da Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos

Estruturado	Código	Descrição	Saldo Anterior	D/C	Débito	Crédito	Saldo Final	D/C
3.6.0.0.0.00.00.00.00.00		**DESVALORIZAÇÃO E PERDA DE ATIVOS E INCORPORAÇÃO DE PASSIVOS**	**0,00**		**1.719.473,77**	**3.599,40**	**1.715.874,37**	**D**
3.6.1.0.0.00.00.00.00.00		**REAVALIAÇÃO, REDUÇÃO A VALOR RECUPERÁVEL E AJUSTE PARA PERDAS**	**0,00**		**9.361,87**	**3.599,40**	**5.762,47**	**D**
3.6.1.1.0.00.00.00.00.00		**REAVALIAÇÃO DE IMOBILIZADO**	**0,00**		**3.599,40**	**3.599,40**	**0,00**	
3.6.1.1.1.00.00.00.00.00		**REAVALIAÇÃO DE IMOBILIZADO - CONSOLIDAÇÃO**	**0,00**		**3.599,40**	**3.599,40**	**0,00**	
3.6.1.1.1.01.00.00.00.00		**REAVALIAÇÃO DE BENS MÓVEIS**	**0,00**		**3.599,40**	**3.599,40**	**0,00**	
3.6.1.1.1.01.03.00.00.00	3054	REAVALIAÇÃO DE MÓVEIS E UTENSÍLIOS	0,00		3.599,40	3.599,40	0,00	
3.6.1.3.0.00.00.00.00.00		**REAVALIAÇÃO DE OUTROS ATIVOS**	**0,00**		**5.762,47**	**0,00**	**5.762,47**	**D**
3.6.1.3.1.00.00.00.00.00		**REAVALIAÇÃO DE OUTROS ATIVOS - CONSOLIDAÇÃO**	**0,00**		**5.762,47**	**0,00**	**5.762,47**	**D**
3.6.1.3.1.01.00.00.00.00	7469	REAVALIAÇÃO DE ATIVOS DECORRENTES DE CONCILIAÇÃO DE SALDOS	0,00		5.762,47	0,00	5.762,47	D
3.6.3.0.0.00.00.00.00.00		**PERDAS INVOLUNTÁRIAS**	**0,00**		**1.139,00**	**0,00**	**1.139,00**	**D**
3.6.3.1.0.00.00.00.00.00		**PERDAS INVOLUNTÁRIAS COM IMOBILIZADO**	**0,00**		**1.139,00**	**0,00**	**1.139,00**	**D**
3.6.3.1.1.00.00.00.00.00		**PERDAS INVOLUNTÁRIAS COM IMOBILIZADO - CONSOLIDAÇÃO**	**0,00**		**1.139,00**	**0,00**	**1.139,00**	**D**
3.6.3.1.1.01.00.00.00.00		**PERDAS INVOLUNTÁRIAS DE BENS MOVEIS**	**0,00**		**1.139,00**	**0,00**	**1.139,00**	**D**
3.6.3.1.1.01.01.00.00.00	3224	PERDAS INVOLUNTÁRIAS DE MÁQUINAS, APARELHOS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS	0,00		1.139,00	0,00	1.139,00	D
3.6.5.0.0.00.00.00.00.00		**DESINCORPORAÇÃO DE ATIVOS**	**0,00**		**1.708.972,90**	**0,00**	**1.708.972,90**	**D**
3.6.5.1.0.00.00.00.00.00		**DESINCORPORAÇÃO DE ATIVOS**	**0,00**		**1.708.972,90**	**0,00**	**1.708.972,90**	**D**
3.6.5.1.2.00.00.00.00.00		**DESINCORPORAÇÃO DE ATIVOS - INTRA OFSS**	**0,00**		**1.708.972,90**	**0,00**	**1.708.972,90**	**D**
3.6.5.1.2.03.00.00.00.00	907576	DESINCORPORAÇÃO DE CREDITOS A RECEBER - INTRA-OFSS	0,00		1.708.972,90	0,00	1.708.972,90	D

Outras Variações Patrimoniais Diminutivas

Compreende o somatório das variações patrimoniais diminutivas não incluídas nos grupos anteriores. Compreende: premiações, incentivos, equalizações de preços e taxas, participações e contribuições, resultado negativo com participações, dentre outros.

Tabela 14 Detalhamento de Outras Variações Patrimoniais Diminutivas

Estruturado	Código	Descrição	Saldo Anterior	D/C	Débito	Crédito	Saldo Final	D/C
3.9.0.0.0.00.00.00.00.00		**OUTRAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS**	**0,00**		**20.775,06**	**0,00**	**20.775,06**	**D**
3.9.9.0.0.00.00.00.00.00		**DIVERSAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS**	**0,00**		**20.775,06**	**0,00**	**20.775,06**	**D**
3.9.9.6.0.00.00.00.00.00		**INDENIZAÇÕES, RESTITUIÇÕES E RESSARCIMENTOS**	**0,00**		**20.775,06**	**0,00**	**20.775,06**	**D**
3.9.9.6.1.00.00.00.00.00	3465	INDENIZAÇÕES, RESTITUIÇÕES E RESSARCIMENTOS - CONSOLIDAÇÃO	0,00		20.775,06	0,00	20.775,06	D

Operações Intra-Orçamentárias

Na DVP, as operações intra-orçamentárias foram excluídas na consolidação. Entretanto, para fins de evidenciação, são demonstradas na tabela seguinte:

Tabela 15 Operações Intra-Orçamentárias de VPA e VPD

Operações Intra-orçamentárias	**VPD**	**VPA**
Encargos patronais – RPPS	31.034,04	31.034,04
Transferência de duodécimo	1.708.972,90	1.708.972,90
Devolução de duodécimo	328.631,71	328.631,71
Aporte periódico para cobertura do déficit atuarial	698.199,16	698.199,16
Desincorporação de duodécimo a receber	1.708.972,90	1.708.972,90
Total	**4.475.810,71**	**4.475.810,71**

Na contabilização das operações entre órgãos integrantes da Administração Direta Municipal, manteve-se durante o exercício a relação de uma VPD para cada VPA de forma que a qualquer tempo, os saldos finais das contas de resultado fossem reciprocamente anulados.

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

A NBC TSP 13 – Apresentação de Informação Orçamentária nas Demonstrações Contábeis determina que a comparação dos valores orçados com os valores realizados decorrentes da execução do orçamento deve ser incluída nas demonstrações contábeis das entidades que publicam seu orçamento aprovado, obrigatória ou voluntariamente, para fins de cumprimento das obrigações de prestação de contas e responsabilização (*accountability*) das entidades do setor público.

Despesas Executadas por Tipo de Crédito

Embora o MCASP indique a necessidade da demonstração da despesa executada por tipo de crédito adicional, essa informação não é possível de ser extraída do sistema contábil pois não existe controle da despesa sob essa perspectiva.

Tratamento de Restos a Pagar Não Processados Liquidados no Encerramento do Exercício

No exercício das demonstrações contábeis não restaram restos a pagar não processados liquidados a pagar.

Caso houvesse restos a pagar não processados, liquidados e não pagos no encerramento do exercício, estes seriam transferidos para as contas de controle de restos a pagar processados.

Tal orientação se encontra no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, 11ª edição, ao dizer que os RPNP liquidados no exercício, mas não pagos, devem ser transferidos para RPP. Essa rotina pode ocorrer no encerramento, abertura ou processo de transferência entre os exercícios.

BALANÇO FINANCEIRO

O Balanço Financeiro evidencia as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extraorçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte.

Não foram registrados valores nas linhas de Resgates de Investimentos e Aplicações Financeiras, Desbloqueios de Valores em Caixa, Transferências para Investimentos e Aplicações Financeiras e Bloqueios de Valores em Caixa tendo em vista que a entidade não possui condições de extrair as informações necessárias do sistema informatizado com a adequada confiabilidade.

Contabilização das retenções

As retenções são contabilizadas como recolhidas quando do efetivo pagamento dos empenhos ao qual se vinculam.

As retenções que se incorporam ao patrimônio público são registradas no momento do pagamento dos empenhos vinculados por meio de receita orçamentária. Já as retenções onde o Município atua como mero intermediário, são executadas extra-orçamentariamente e ficam registradas em contas contábeis específicas, inclusive com um código de fonte de recurso próprio até o seu recolhimento.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

A informação dos fluxos de caixa permite aos usuários avaliar como a entidade do setor público obteve recursos para financiar suas atividades e a maneira como os recursos de caixa foram utilizados. Tais informações são úteis para fornecer aos usuários das demonstrações contábeis informações para prestação de contas e responsabilização (accountability) e tomada de decisão.

Caixa compreende numerário em espécie e depósitos bancários disponíveis.

Equivalentes de caixa são aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em valor conhecido de caixa e que estão sujeitas a insignificante risco de mudança de valor. Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e, não, para investimento ou outros fins. Para que o investimento seja qualificado como equivalente de caixa, ele deve ser prontamente conversível em quantia conhecida de caixa e estar sujeito a risco insignificante de mudanças de valor. Portanto, o investimento normalmente se qualifica como equivalente de caixa somente quando tiver vencimento de curto prazo de, por exemplo, três meses ou menos a partir da data de aquisição. Em regra, os investimentos em ações de outras entidades são excluídos dos equivalentes de caixa.

Fluxos de caixa são as entradas e as saídas de caixa e de equivalentes de caixa. Os fluxos de caixa excluem movimentos entre itens que constituem caixa ou equivalentes de caixa porque esses componentes são parte da gestão de caixa da entidade e não parte de suas atividades operacionais, de investimento e de financiamento. A gestão de caixa inclui o investimento do excesso de caixa em equivalentes de caixa.

Atividades de financiamento são aquelas que resultam em mudanças no tamanho e na composição do capital próprio e no endividamento da entidade.

Atividades de investimento são aquelas referentes à aquisição e à venda de ativos de longo prazo e de outros investimentos não incluídos em equivalentes de caixa.

Atividades operacionais são as atividades da entidade que não as de investimento e de financiamento.

Atividades Operacionais

O montante dos fluxos de caixa líquidos decorrentes das atividades operacionais é um indicador-chave da extensão na qual as operações da entidade são financiadas:

1. por meio de tributos (direta e indiretamente);
2. pelos destinatários dos bens e serviços oferecidos pela entidade.

O montante dos fluxos de caixa das atividades operacionais também auxilia ao demonstrar a condição da entidade de manter sua capacidade operacional, amortizar empréstimos, pagar dividendos ou distribuições similares e fazer novos investimentos sem recorrer a fontes externas de financiamento. Os fluxos de caixa operacionais consolidados do setor público proporcionam uma indicação da proporção em que o governo vem financiando suas atividades correntes por meio da tributação e outras cobranças.

São exemplos de fluxos de caixa relacionados às atividades operacionais:

1. recebimentos de caixa decorrentes de impostos, taxas, contribuições e multas;
2. recebimentos de caixa pela venda de mercadorias e pela prestação de serviços;
3. recebimentos de caixa de concessões ou transferências e outras dotações ou autorizações orçamentárias realizadas por outros entes ou entidades do setor público;

4. recebimentos de caixa decorrentes de royalties, honorários, comissões e outras receitas;
5. pagamentos em caixa a outras entidades do setor público para financiar suas operações (não inclui empréstimo);
6. pagamentos em caixa a fornecedores de mercadorias e serviços;
7. pagamentos em caixa a empregados ou em nome de empregados;
8. recebimentos de caixa de sinistros e outros benefícios da apólice; e pagamentos em caixa de prêmios, anuidades, em transações com seguradora;
9. pagamentos em caixa de tributos sobre o patrimônio ou a renda (quando aplicável) em relação a atividades operacionais;
10. recebimentos e pagamentos em caixa de contratos mantidos para negociação imediata ou disponíveis para venda;
11. recebimentos ou pagamentos em caixa decorrentes de operações descontinuadas; e
12. recebimentos ou pagamentos em caixa decorrentes da solução de litígios.de Investimento.

Atividades de Investimento

Os fluxos de caixa decorrentes das atividades de investimento representam a extensão em que as saídas de caixa são realizadas com a finalidade de contribuir para a futura prestação de serviços pela entidade. Somente saídas de caixa que resultam em ativo reconhecido nas demonstrações contábeis são passíveis de classificação como atividades de investimento.

São exemplos de fluxos de caixa relacionados às atividades de investimento:

1. pagamentos em caixa para aquisição de ativo imobilizado, intangível e outros ativos de longo prazo. Esses pagamentos incluem os custos de desenvolvimento ativados e ativos imobilizados de construção própria;
2. recebimentos de caixa resultantes da venda de ativo imobilizado, intangível e outros ativos de longo prazo;
3. pagamentos para aquisição de instrumentos patrimoniais ou instrumentos de dívida de outras entidades e participações em empreendimentos controlados em conjunto (exceto aqueles mantidos como equivalentes de caixa, mantidos para negociação imediata ou disponível para venda);
4. recebimentos de caixa provenientes da venda de instrumentos patrimoniais ou instrumentos de dívida de outras entidades e participações em empreendimentos controlados em conjunto (exceto aqueles mantidos como equivalentes de caixa, mantidos para negociação imediata ou disponível para venda);
5. adiantamentos em caixa e empréstimos concedidos a terceiros (exceto aqueles adiantamentos e empréstimos feitos por instituição financeira pública);
6. recebimentos de caixa por liquidação de adiantamentos ou amortização de empréstimos concedidos a terceiros (exceto adiantamentos e empréstimos concedidos por instituição financeira pública);
7. pagamentos em caixa por contratos futuros, a termo, de opção e swap, exceto quando tais contratos forem mantidos para negociação imediata ou disponível para venda ou os pagamentos forem classificados como atividades de financiamento; e
8. recebimentos de caixa por contratos futuros, a termo, de opção e swap, exceto quando tais contratos forem mantidos para negociação imediata ou disponível para venda ou os recebimentos forem classificados como atividades de financiamento.

Quando o contrato for contabilizado como hedge de posição identificável, os fluxos de caixa do contrato devem ser classificados do mesmo modo como foram classificados os fluxos de caixa da posição que estiver sendo protegida.

A NCT TSP 12 faculta a utilização alternativa do método direto ou indireto para a elaboração do fluxo de caixa das atividades operacionais, incentivando a utilização do primeiro. Para fins de padronização optou-se pela utilização no método direto como obrigatório para todos os entes da Federação. No método direto são informadas as principais classes de recebimentos e pagamentos brutos.

Atividades de financiamento

A divulgação dos fluxos de caixa decorrentes das atividades de financiamento é importante para a previsão de exigências de fluxos futuros por parte dos provedores de capital. São exemplos de fluxos de caixa relacionados às atividades de financiamento:

1. caixa recebido proveniente da emissão de debêntures, empréstimos contraídos, notas promissórias, títulos e valores, hipotecas e outros empréstimos contraídos de curto e de longo prazos;
2. amortização de empréstimos e financiamentos que foram contraídos; e
3. pagamentos em caixa por arrendatário, para redução do passivo relativo a arrendamento mercantil financeiro.

PLANO DE IMPLANTAÇÃO DOS PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS PATRIMONIAIS

Seguindo uma tendência mundial, a Contabilidade Pública Brasileira vem adotando ao longo dos anos uma série de normativas que convergem para o fim específico de uniformização da informação contábil. Essa uniformização passa obrigatoriamente pela padronização de procedimentos de registro das informações, processo iniciado nos anos de 2008 e 2009 com a Portaria nº 184/2008, do Ministério da Fazenda, e o Decreto nº 6.976/2009, instrumentos normativos que conferiram à Secretaria do Tesouro Nacional (STN) a incumbência de editar normas sobre procedimentos e planos de contas contábeis de âmbito nacional.

Como forma de fomentar essa uniformização e a convergência aos padrões internacionais de Contabilidade Pública, em 2015 a STN editou a Portaria nº 548, cujo propósito foi estabelecer diversos ajustes visando a adoção integral das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC TSP) e a padronização dos procedimentos contábeis pelos Entes da Federação.

Aquela norma determinou que os Entes da Federação, União, Estados, Municípios e Distrito Federal, estabelecessem um Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais (PIPCP), obedecendo aos prazos-limite estabelecidos pela normatização vigente, sendo que, o Ente que não atendesse integralmente aos Procedimentos Contábeis Patrimoniais (PCP) após os prazos-limite poderia não ter a quitação da obrigação prevista no § 1º do art. 51 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 (LRF), ficando impossibilitado de receber recursos de transferências voluntárias e contratar operações de crédito.

Desta forma, se tornou imperioso por parte dos Entes da Federação a adoção dos PCP sob pena de sofrerem restrição sob parcela relevante de recursos em prejuízo direto à população.

Tabela 16 Resumo da situação do PIPCP

Procedimento	Prazo	Implementado
Dívida ativa	2015	Sim

Procedimento	Prazo	Implementado
Provisão atuarial do RPPS	2016	Sim
Obrigações com fornecedores	2016	Sim*
Demais créditos a receber	2019	Sim*
Obrigações decorrentes de benefícios a funcionários	2019	Sim*
Investimentos permanentes	2021	Sim
Provisões por competência	2021	Sim
Empréstimos, financiamentos e dívida contratual	2021	Sim**
Créditos previdenciários	2022	Sim
Ativo intangível	2022	Sim**
Créditos tributários	2022	Sim*
Estoques	2023	Sim
Bens de infraestrutura	2024	Sim
Bens do patrimônio cultural	***	Sem prazo atualmente

(*) implementado em sua maior parte, porém ainda com problemas a serem solucionados.
(**) Não existem operações dessa natureza.

Como se observa na tabela acima, o município atende integralmente os prazos estabelecidos até agora, mesmo que alguns procedimentos sofram de limitações relacionadas principalmente a dificuldades com os sistemas informatizados ou relativas ao fluxo de informações.

As dificuldades existentes não serão suplantadas única e exclusivamente pelo Serviço de Contabilidade, muito pelo contrário, será necessário que a Administração Municipal providencie os meios necessários à produção das informações de forma tempestiva e adequada para o correto registro contábil dos fatos, sempre lembrando que a Contabilidade fornece informação, não as inventa, e essa informação deve encontrar respaldo no trabalho de todos os demais setores da Administração Municipal.

EVERTON DA ROSA
Contador
CRC RS-076595/O-3

BRASIL DE FREITAS NETO
Presidente da Câmara
CPF 598.379.260-15